

OS CINCO PONTOS 16-4-944 ESSENCIAIS

Para conquistar a paz não basta pôr termo à guerra. Nem assinar tampouco os mais solenes tratados.

A paz, com efeito, é o resultado, diremos melhor, o fruto da justiça. E poderá haver justiça num contrato em que as partes contratantes se apresentam face a face em condições de tamanha desigualdade?

O vencedor, cheio do orgulho da sua força, por mais compassivo que se mostre, é sempre o vencedor que impõe. O vencido, por mais duras que se apresentem as condições de paz, precisamente porque foi vencido, já não tem força para discutir e negociar o que a justiça e sua própria honra reclamariam. Um tratado de paz nunca tem portanto probabilidades de ser justo. Para que as tivesse, era necessário que fosse assinado por duas forças idênticas, pondo em equilíbrio os pratos da balança.

Não fiemos portanto da vitória das armas, nem dos tratados que as acompanham, as condições da paz. Temos de procurá-las noutra parte.

Pelo Natal de 1942, dirigiu à Humanidade uma impressionante mensagem aquêle que costumam chamar o Príncipe da Paz, isto é, o Sumo Pontífice. Nesse libelo imorredouro de clareza e de precisão de argumentos, Pio XII aponta ao mundo os cinco pontos essenciais da pacificação dos povos. Sem que sejam aceites e executados, ninguém suponha ter encontrado a paz.

Logo na base de todos eles — como que a pedra angular do edifício — coloca a mensagem Pontifícia o respeito da dignidade e dos direitos da pessoa humana. Vem, a seguir, como consequência inevitável do primeiro, a defesa da unidade social, especialmente da unidade da família. Terceiro ponto fundamental da paz — será depois o respeito pela dignidade do trabalho e o reconhecimento das suas prerrogativas. Segue-se-lhe, como quarta condição da boa harmonia social, o estabelecimento duma ordem jurídica racional e fecunda que de si própria se imponha e que todos respeitem. Finalmente, o estabelecimento duma doutrina equilibrada sobre a natureza e o fim do Estado.

Por outras palavras, poderíamos assim resumir os cinco pontos de Pio XII: salvação da pessoa humana; unificação da família e da Pátria; emancipação do trabalho; dignificação das leis e dos tribunais; remodelação do Estado.

Em nenhum destes pontos aparece, como condição de paz, nem o conhecido aforismo «se queres a paz, prepara a guerra», nem o aniquilamento dos povos que se convencionou chamar agressores, nem a remodelação da carta da Europa, da África ou da Ásia, nem uma melhor distribuição das matérias primas, nem a imposição de governos d'este ou daquele feitio às Nações neutras ou vencidas, nem a constituição dos chamados futuros Estados unidos da Europa, nem uma sociedade internacional com exército próprio e suficientemente forte, que imponha respeito às Nações irrequietas. Não quer dizer, certamente, que um ou outro destes pontos, já tantas vezes anunciados como indispensáveis para uma paz internacional duradoira, não favoreça realmente mais duradoiras relações pacíficas entre os povos. Quere

dizer apenas que nenhuma destas medidas, separada ou conjuntamente, será garantia bastante do futuro.

A paz não depende, com efeito, dos quadros de qualquer organização por mais perfeita que seja, como também não depende da forma das organizações nacionais ou internacionais.

É certo que, se se limitasse a soberania das Nações pelo estabelecimento de uma autoridade internacional superior, poderiam diminuir as possibilidades de conflito. Mas essa unificação, já produzida no seio das comunidades nacionais, não tem podido evitar as guerras civis, como a organização familiar não tem podido evitar as contendas entre os membros da mesma família, sobretudo quando se trate da repartição dos bens, que é afinal a causa número um da guerra entre as Nações.

A paz nasce no coração dos homens e alimenta-se da seiva fecunda do Amor, como a luz do fio cristalino do azeite da candeia. É ao coração do homem que devem dirigir-se os orfãos, as viúvas e as mães, para que se encontre definitivamente o caminho da salvação.

Mas será preciso então destruir os caminhos da opressão, da prepotência e do egoísmo, para que os homens comecem a ter a indispensável confiança nos seus próprios destinos.

Os pontos indicados na mensagem pontifícia, de cada vez mais actual, dirigem-se precisamente à restauração desta confiança, começando por estabelecer nas relações entre os indivíduos e entre os Estados aquêles princípios de justiça indispensáveis aos fundamentos da paz.

Como cada um deles reclama um estudo demorado, procuraremos, em artigos sucessivos, falar destes pontos essenciais, sem o reconhecimento dos quais, em vão buscará o mundo encontrar a tranquilidade e a ordem.

ABEL VARZIM.